

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BRUNA LUIZA SILVA ALVES**

**OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS: UMA ANÁLISE DA**  
**EVIDENCIAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

**UBERLÂNDIA**  
**NOVEMBRO DE 2018**

**BRUNA LUIZA SILVA ALVES**

**OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS: UMA ANÁLISE DA  
EVIDENCIAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador: Prof. Reiner Alves Botinha**

**UBERLÂNDIA  
NOVEMBRO DE 2018**

## RESUMO

Com a aprovação da Lei 11.638/2007 houve mudanças nas práticas contábeis com o propósito de convergi-las para as normas internacionais IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*), entre elas a mudança na estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Na DRE, uma das mudanças determinadas foi a forma de se apresentar a conta ‘Outros Resultados Operacionais’. Neste sentido, o objetivo deste estudo é identificar como as empresas evidenciam e compõem a conta ‘Outras Receitas e Despesas Operacionais’ na DRE e nota explicativas, após a adoção das IFRS compreendendo o período de 2010 a 2016. A pesquisa é classificada como descritiva quanto à tipologia e caracteriza-se como qualitativa quanto aos objetivos. Os resultados mostram que, dentro do período analisado, nas demonstrações de resultado do exercício, 100% da amostra divulgou a conta ‘Outros Resultados Operacionais’ conforme padrão estabelecido pela IFRS, no entanto, em 57,14% das 343 demonstrações contábeis analisadas foram divulgadas informações referentes às subcontas classificadas na conta em estudo, indicando baixa evidenciação de informações complementares acerca da conta ‘Outras Receitas e Despesas Operacionais’. As principais transações a compor essa conta são os resultados de provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais, e os resultados na venda de ativos não circulantes.

**Palavras-chaves:** Outras receitas operacionais. Outras despesas operacionais. Demonstração do Resultado do Exercício. Convergência Contábil. Evidenciação Contábil.

## ABSTRACT

*With the approval of Law 11,638 / 2007, there were changes in accounting practices with the purpose of converting them into International Financial Reporting Standards (IFRS), among them the change in the structure of the Income Statement (DRE). In DRE, one of the changes was how to present the account 'Other Operating Results'. In this sense, the objective of this study is to identify how the companies present and compose the 'Other Operating Income and Expenses' account in the DRE and explanatory notes, after the adoption of IFRS, covering the period from 2010 to 2016. The research is classified as descriptive to the typology and is characterized as qualitative regarding the objectives. The results show that, within the period analyzed, in the statements of income for the year, 100% of the sample disclosed the 'Other Operating Results' account according to the standard established by IFRS, however, in 57.14% of the 343 financial statements analyzed were disclosed sub-accounts classified in the study account, indicating low disclosure of supplementary information about the 'Other Operating Revenues and Expenses' account. The main transactions comprising this account are the results of tax, civil, labor and environmental provisions, and the results on the sale of non-current assets.*

**Keywords:** *Other operating income. Other operating expenses. Income Statement. Accounting Convergence. Disclosure Accounting.*

## 1 INTRODUÇÃO

Após trinta anos de vigência da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), foi aprovada a Lei nº 11.638/2007, que causou mudanças nas práticas contábeis, dentre elas a reestruturação do Balanço Patrimonial em circulante e não circulante, na taxa de depreciação que passa a ser estimada de acordo com a vida útil do bem, e a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), para as sociedades anônimas e as empresas de grande porte.

Essa lei foi promulgada em 28 de dezembro de 2007 e, conforme Cunha et al. (2013), ela cria condições para que as normas e práticas contábeis brasileiras, aplicáveis às demonstrações contábeis das sociedades por ações, sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais.

Entre os Pronunciamentos Técnicos aprovados no ano de 2011 pelo CPC se encontra o Pronunciamento Técnico CPC 26 que tem por objetivo definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, esse Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

Levando em conta o descrito nos itens 81 a 105 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (2011), deve-se classificar a conta de ‘Outros Resultados Operacionais’ na DRE após o lucro bruto e antes do resultado financeiro da empresa.

Antes da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS, e da aplicação do Pronunciamento CPC 26, a DRE de acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p 359) apresentava, após o lucro bruto, a conta despesas operacionais segregada em subcontas: despesas com vendas, despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, despesas gerais e administrativas, e outras despesas e receitas financeiras, obtendo-se o resultado operacional. Após o resultado operacional eram então apresentadas as despesas e receitas não operacionais.

Com a mudança promovida pelas IFRS, as despesas e receitas financeiras passam a ser registradas separadamente do resultado operacional para evidenciar os resultados operacionais da empresa, separadamente dos resultados financeiros. Além disso, agregou-se aos resultados operacionais aqueles anteriormente denominados como resultados não

operacionais, uma vez que, em sua maioria, eram derivados de operações da empresa, porém caracterizadas como descontinuados. Mais detalhes sobre a mudança são apresentados no referencial teórico da pesquisa.

A mudança gerada pelas IFRS, e do Pronunciamento CPC 26, tem por objetivo melhorar a evidenciação contábil. De acordo com Oliveira e Lemes (2011, p. 161), a “evidenciação contábil ou *disclosure* é o ato de divulgar informações úteis mostrando os fatos que as fundamentam, possibilitando a avaliação e a tomada de decisão.”.

Assim, levando em consideração as mudanças nas demonstrações contábeis por decorrência da convergência das normas contábeis brasileiras às IFRS, é oportuno investigar como as empresas têm tratado a conta ‘Outros Resultados Operacionais’ na demonstração de resultado do exercício após a adoção das IFRS. Segundo Rocha (apud NIYAMA; SILVA, 2011), a adoção das IFRS torna os relatórios mais confiáveis e compreensíveis. E é essencial a harmonização das Normas Internacionais para obter melhor qualidade, transparência e comparabilidade dessas informações.

Dessa forma, a questão problema que orientou a realização deste trabalho foi: como as empresas listadas no índice IBOVESPA evidenciam os outros resultados operacionais na Demonstração do Resultado do Exercício e notas explicativas correspondentes? Assim, o objetivo da pesquisa consistiu em identificar como as empresas evidenciam e compõem a conta ‘Outras Receitas e Despesas Operacionais’ na DRE e notas explicativas após a adoção das IFRS.

O presente estudo utilizou as empresas listadas no índice IBOVESPA, principal indicador do mercado de ações, e constituído exclusivamente de ações de companhias listadas na B3 que atendem aos critérios de inclusão descritos em sua metodologia, para atender o seu objetivo. Estas empresas foram requeridas a elaborar suas demonstrações em IFRS, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e as mesmas estão divulgadas no sítio eletrônico, o que possibilitou o acesso as DRE e notas explicativas necessárias para atingir a análise proposta.

O estudo analisou inicialmente as posições aplicadas da conta ‘Outros resultados operacionais’ na DRE, pelas empresas listadas no índice IBOVESPA no período de 2010 a 2016. Posteriormente, observaram-se as informações contidas nas notas explicativas das empresas da amostra, no mesmo período, para verificar o nível de detalhamento das subcontas classificadas na conta ‘Outros Resultados Operacionais’ com a finalidade de identificar o perfil das contas alocadas nesse grupo.

A justificativa do trabalho está fundamentada na importância da evidenciação

contábil com transparência e qualidade nas informações prestadas nas demonstrações contábeis, para os usuários. Adicionalmente, procura-se por meio desta pesquisa demonstrar a importância do tema. Nota-se que este é um assunto que deve ser observado pelas organizações internacionalizadas, pois trata-se de uma matéria importante na confecção da Demonstração do Resultado do Exercício.

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco seções, além da inicial. A seção dois trata do referencial teórico; na seção três apresentam-se os aspectos metodológicos; na quarta seção estão os resultados obtidos; e, na última seção, são evidenciadas as considerações finais como encerramento do trabalho.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Mudanças normativas e as alterações na estrutura da DRE**

Na contabilidade brasileira adotou-se as normas internacionais conhecidas como IFRS por meio da publicação da Lei nº 11.638/2007. Segundo Rosa e Faria (2010, p. 4), “essa nova harmonização dos padrões contábeis, que vem sendo exigida pelos mercados internacionais, é um processo que busca a conciliação dos procedimentos contábeis de diversos países de modo que a comparação entre as demonstrações contábeis seja mais fácil.”. As mudanças no padrão contábil brasileiro refletiram diretamente na apresentação das demonstrações contábeis, e essas mudanças foram orientadas por meio do CPC 26. De acordo com esse documento:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados CPC 26 (2011, p. 5).

De acordo com Fonseca, Souza e Dalfior (2016, p. 2), as demonstrações financeiras são apresentadas com base no CPC 26, garantindo mais nitidez, e tornando as ações transparentes.

Para Iudícibus, Martins e Gelbecke (2009, p. 356), a Demonstração do Resultado é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período.

Segundo Assaf Neto (2012), a Demonstração do Resultado do Exercício expõe de forma esquematizada os resultados, apresentando o lucro ou prejuízo de uma empresa em um período de tempo. Essa demonstração retrata o efeito das decisões da empresa sobre o desempenho de suas atividades e pode ser usada para a análise do custo e benefício dos investimentos.

A elaboração da DRE varia de entidade para entidade com o propósito de atender às necessidades gerenciais, levando em consideração a atividade e o porte da empresa, mas considerando as normas contábeis e legais. Antes do modelo do CPC 26 (2011) de DRE, a Lei 6.404/1.976 instituiu um modelo de elaborar o demonstrativo no artigo 187:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto; III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto; VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

De acordo com o CPC 26 (2011, p. 26), além das receitas com vendas e/ou prestação de serviços:

em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data da emissão deste Pronunciamento, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas: (i) custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos; (ii) lucro bruto; (iii) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais; (iv) resultado antes das receitas e despesas financeiras; (v) resultado antes dos tributos sobre o lucro; (vi) resultado líquido do período.

Para sintetizar as mudanças, o Quadro 1 apresenta um comparativo que evidencia a estrutura da DRE antes e após as alterações ocorridas na Lei nº 6.404/76 com a adoção das IFRS.

Quadro 1 – Comparativo estrutura da DRE antes e após as alterações na Lei nº 6.404/76

| <b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE</b>                                                            |                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ANTES DA ALTERAÇÃO DA LEI 6404/76                                                                              | APÓS ALTERAÇÃO DA LEI 6404/76                                                                                                           |
| <b>Receita Operacional Bruta</b>                                                                               | <b>Receita Operacional Bruta</b>                                                                                                        |
| (-) Devoluções e abatimentos da Receita bruta                                                                  | (-) Devoluções e abatimentos da Receita bruta                                                                                           |
| (-) Devolução de vendas/ impostos e Contribuições incidentes sobre venda                                       | (-) Devolução de vendas/ impostos e Contribuições incidentes sobre venda                                                                |
| (-) Descontos/abatimentos                                                                                      | (-) Descontos/abatimentos                                                                                                               |
| <b>(=) Receita Operacional Líquida</b>                                                                         | <b>(=) Receita Operacional Líquida</b>                                                                                                  |
| (-) Custos produtos vendidos                                                                                   | (-) Custos produtos vendidos                                                                                                            |
| (-) Custo das Mercadorias Vendidas                                                                             | (-) Custo das Mercadorias Vendidas                                                                                                      |
| (-) Custos dos serviços prestados                                                                              | (-) Custos dos serviços prestados                                                                                                       |
| <b>(=) Lucro Operacional Bruto (Margem ou Resultado)</b>                                                       | <b>(=) Lucro Operacional Bruto (Margem ou Resultado)</b>                                                                                |
| <b>(-) Despesas Operacionais</b>                                                                               | <b>(-) Despesas Operacionais</b>                                                                                                        |
| (-) Despesas com vendas                                                                                        | (-) Despesas com vendas                                                                                                                 |
| (-) Despesas Administrativas                                                                                   | (-) Despesas Administrativas                                                                                                            |
| (-) Despesas Tributárias                                                                                       | (-) Despesas Tributárias                                                                                                                |
| (-/+) Receitas e Despesas operacionais                                                                         | (-/+) Receitas e Despesas Financeiras                                                                                                   |
| (-) Despesas financeiras                                                                                       | (-) Despesas financeiras                                                                                                                |
| (+) Receitas financeiras                                                                                       | (+) Receitas financeiras                                                                                                                |
| (-/+) Variações Cambiais                                                                                       | (-/+) Variações Cambiais                                                                                                                |
| (-/+) Outras receitas ou (despesas) Financeiras                                                                | (-/+) Outras receitas ou (despesas)                                                                                                     |
| <b>(=) Resultado Operacional</b>                                                                               |                                                                                                                                         |
| (-) Despesas não operacionais                                                                                  |                                                                                                                                         |
| (+) Receitas não operacionais                                                                                  |                                                                                                                                         |
| <b>(=) Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>                                    | <b>(=) Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>                                                             |
| (-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro                                         | (-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro                                                                  |
| <b>(=) Lucro Líquido Após e Antes das Participações</b>                                                        | <b>(=) Lucro Líquido Após e Antes das Participações</b>                                                                                 |
| (-) Participações de Administradores, Empregados, Debêntures, Partes Beneficiárias, Contribuições Estatutária. | (-) Participações de Debêntures, Empregados, Administradores e Partes Beneficiárias e fundo de Assistência e Previdência de Empregados. |
| <b>(=) Lucro Líquido do Exercício</b>                                                                          | <b>(=) Lucro Líquido do Exercício</b>                                                                                                   |

Fonte: Nishio, Viana, Batista e Rios (2010, p. 6)

Duas mudanças principais ocorreram: (i) a alocação das despesas e receitas financeiras segregada dos resultados operacionais; e (ii) a alocação das despesas e receitas não operacionais juntamente com as despesas operacionais. De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2018), é consenso que as despesas financeiras são provenientes de passivos e assim não podem ser consideradas operacionais, enquanto há receitas financeiras provenientes de recursos financeiros à espera de aplicações em investimentos e que não são consideradas como operacionais, e esse pode ter sido um dos principais motivos para a separação.

De acordo com Gelbcke et al. (2018), a versão atual estabelecida no CPC 26 permite a evidenciação destacada do resultado proveniente da avaliação de investimentos, do resultado financeiro, e destaca ainda o resultado decorrente das operações continuadas e descontinuadas da entidade.

No próximo tópico, serão evidenciados alguns estudos anteriores sobre as mudanças sucedidas após a aplicação da Lei 11.638/07 e a obrigatoriedade das IFRS no Brasil, bem como pesquisas considerando o pronunciamento técnico CPC 26 (2011).

## **2.5 Estudos anteriores**

Em estudo anterior, Rosa e Faria (2013) verificam as principais alterações da Lei 11.638/07, com o objetivo de analisar o que estas alterações provocaram na contabilidade brasileira e o que os escritórios de contabilidade fizeram para acompanhar essa mudança. Os autores concluíram que a mudança mais relevante foi a modificação na forma de pensar a contabilidade, onde as normas são criadas através dos princípios contábeis e não por regras fiscais. Desta forma, tratando como retrógrada a imagem de que a contabilidade apenas tinha a função de guarda livro e apuradora de impostos.

Santos, Ponte e Mapurunga (2014) realizaram uma pesquisa analisando o primeiro ano (2010) da divulgação dos relatórios de 366 empresas não financeiras listadas na B3 (então BM&FBovespa na época da pesquisa) a fim de identificar o nível de conformidade no que se refere à divulgação de 638 itens divulgados requeridos por 28 IFRS. Para atingir este objetivo eles utilizaram cálculos de índices de conformidade geral para cada norma. O resultado alcançado nesta análise foi de uma conformidade apenas parcial. Uma justificativa dada pelos autores para esse resultado baixo foi o fato de ser o primeiro ano para as empresas se adaptarem a essas normas. Por outro lado, também concluíram que no primeiro ano de vigência das normas o nível de transparência foi maior, pois o número exigido de informações por meio das IFRS é superior ao realizado anteriormente.

O estudo realizado por Rocha (2015) teve como objetivo verificar o nível de atendimento às normas internacionais de Contabilidade de empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA e comparar com o estudo de Oliveira e Lemes (2011). O resultado encontrado mostrou que os índices de convergência foram de 72,38% das empresas da amostra, evidenciando uma evolução em termos percentuais de 21,35% em comparação ao estudo de Oliveira e Lemes (2011), que foi de 51,03% de convergência.

Uma pesquisa realizada por Fonseca, Souza e Dalfior (2016) teve como objetivo analisar as demonstrações financeiras do período de 2010 a 2014 de uma fundação localizada em Belo Horizonte, e verificar a adoção do pronunciamento técnico CPC 26. Eles concluíram através de análise bibliográfica, documental e levantamento de dados, realizado por meio de pesquisa qualitativa, que a entidade apresentou todas as demonstrações estabelecidas pelas

normas contábeis CPC 26, acrescentando que as nomenclaturas e termos usados e o desenvolvimento das notas explicativas necessitam de melhorias.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

Nesta seção apresenta-se o delineamento da pesquisa, mostrando sua classificação quanto aos objetivos, abordagem e procedimentos técnicos. Quanto aos objetivos, ela caracteriza-se como descritiva. A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Ela procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características (CERVO; BERVIAN, 2003).

Esta pesquisa procura identificar a posição da conta ‘Outros Resultados Operacionais’ na DRE após a adoção das IFRS, com base na amostra das empresas do índice Bovespa no período de 2010 a 2016. O ano de 2017 não foi considerado nesta pesquisa, pois no momento da coleta e tratamento dos dados os relatórios contábeis referentes ao período não estavam disponíveis.

A pesquisa é classificada como descritiva porque buscou, por meio de livros, artigos e outras referências, coletar informações para identificar a forma de apresentação da conta ‘Outros Resultados Operacionais’ no demonstrativo de resultado das empresas do índice Bovespa no período de 2010 a 2016.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Conforme Malhotra (2006, p. 113):

A pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do problema. Ela o explora com poucas ideias pré-concebidas sobre o resultado dessa investigação. Além de definir o problema e desenvolver uma abordagem, a pesquisa qualitativa também é apropriada diante de uma situação de incerteza, como quando os resultados conclusivos diferem das expectativas. Ela pode fornecer julgamentos antes e depois do fato. A pesquisa qualitativa é baseada em amostras pequenas e não-representativas, e os dados não são analisados estatisticamente.

A pesquisa utilizou-se de análise comparativa, com o propósito de verificar se as empresas da amostra estão aplicando os requisitos das normas internacionais para elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada a técnica de pesquisa documental.

Gil (2002) destaca que uma pesquisa documental é baseada em materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico ou que podem ser reelaborados em razão dos objetivos da pesquisa. No presente trabalho foi selecionada uma amostra de 49 empresas do índice Bovespa no período de 2010 a 2016.

### 3.2 Amostra e técnica de coleta dos dados

Segundo Gil (2002, p. 121), “de modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, o mais frequente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo”.

No período de análise deste artigo as empresas listadas no índice IBOVESPA somavam 64 empresas. Foram excluídas da amostra quinze empresas listadas no setor financeiro por terem seguido legislações e modelos específicos para a elaboração das demonstrações contábeis. Portanto, restaram 49 empresas listadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Empresas da amostra

| Empresas da amostra                           |                                                          |
|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| 1 AMBEV S.A.                                  | 25 Lojas Americanas S.A.                                 |
| 2 Braskem S.A.                                | 26 Lojas Renner S.A.                                     |
| 3 CCR S.A.                                    | 27 Magazine Luiza S.A.                                   |
| 4 Cemig Geração e Transmissão S.A.            | 28 Marfrig Global Foods S.A.                             |
| 5 Companhia Paranaense de Energia - Copel     | 29 MRV Engenharia e Participações S.A.                   |
| 6 Cosan S.A. Indústria e Comércio             | 30 Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.           |
| 7 CPFL Energia S.A.                           | 31 Natura Cosméticos S.A.                                |
| 8 Cyrela Brazil Realty S.A.                   | 32 Companhia Brasileira de Distribuição                  |
| 9 EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. | 33 Petróleo Brasileiro S.A.                              |
| 10 Tractebel Energia S.A.                     | 34 Qualicorp S.A.                                        |
| 11 Centrais Elétricas Brasileiras S.A.        | 35 Raia Drogasil S.A.                                    |
| 12 Embraer S.A.                               | 36 Rumo S.A.                                             |
| 13 EDP - Energias do Brasil S.A.              | 37 Localiza Rent a Car S.A.                              |
| 14 Equatorial Energia S.A.                    | 38 Companhia de Saneamento do Paraná                     |
| 15 Estácio Participações S.A.                 | 39 Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo |
| 16 Fibria Celulose S.A.                       | 40 Webjet Participações S.A.                             |
| 17 Fleury S.A.                                | 41 Suzano Papel e Celulose S.A.                          |
| 18 Gerdau S.A.                                | 42 Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.         |
| 19 Metalúrgica Gerdau S.A.                    | 43 TIM Participações S.A.                                |
| 20 Hypermarcas S.A.                           | 44 Ultrapar Participações S.A.                           |
| 21 Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.  | 45 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.              |
| 22 JBS S.A.                                   | 46 Vale S.A.                                             |
| 23 Klabin S.A.                                | 47 Telefônica Brasil S.A.                                |
| 24 Kroton Educacional S.A.                    | 48 Via Varejo S.A.                                       |
|                                               | 49 WEG S.A.                                              |

Fonte: sítio eletrônico da B3.

A amostra da pesquisa compreende 49 empresas dentre as 64 empresas listadas no índice IBOVESPA, que publicam suas demonstrações financeiras consolidadas, especificamente a DRE, nos anos de 2010 a 2016. Este período foi selecionado, pois ele sobrevém à aplicação das normas internacionais IFRS.

A análise dos relatórios se limitou apenas aos disponíveis no sítio eletrônico da B3, sendo que, as empresas que não apresentaram algum relatório dentro do período de análise de 2010 a 2016 não foram considerados, assim como não se recorreu a relatórios disponíveis em outras fontes, para fins de padronização das fontes de coleta de dados.

Após a seleção da amostra das empresas foram selecionadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas disponíveis no sítio eletrônico da B3 dos sete anos, que compreende o período de 2010 a 2016 do objetivo do estudo, totalizando 343 DREs nas quais foram analisadas as informações pertinentes para atender o objetivo da presente pesquisa.

A análise dos dados foi realizada em três fases: a primeira foi a seleção das empresas; a segunda foi a verificação da disponibilidade da DRE no sítio eletrônico da B3 e realização do levantamento de dados a partir da disponibilidade ou não das demonstrações; a terceira etapa foi a medição da DRE na conta ‘Outros Resultados Operacionais’ juntamente com a análise quantitativa, utilizando porcentagens para a análise dos resultados do presente estudo.

Foram analisadas nas notas explicativas das empresas da amostra as contas que as empresas classificam como ‘Outros Resultados Operacionais’. Adicionalmente, foram extraídas das notas explicativas 1.543 nomenclaturas classificadas na conta ‘Outros Resultados Operacionais’ no período de 2010 a 2016. Como durante os anos a empresa repete as mesmas nomenclaturas, foram excluídas da amostra as nomenclaturas que se repetiam dentro da mesma empresa nos períodos selecionados pelo presente estudo. Desta forma, restaram 612 nomenclaturas para a análise.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste tópico apresenta-se a análise dos resultados obtidos através da análise das demonstrações financeiras consolidadas, especificamente a DRE e a nota explicativa das empresas listadas, que estão disponíveis no sítio eletrônico do IBOVESPA.

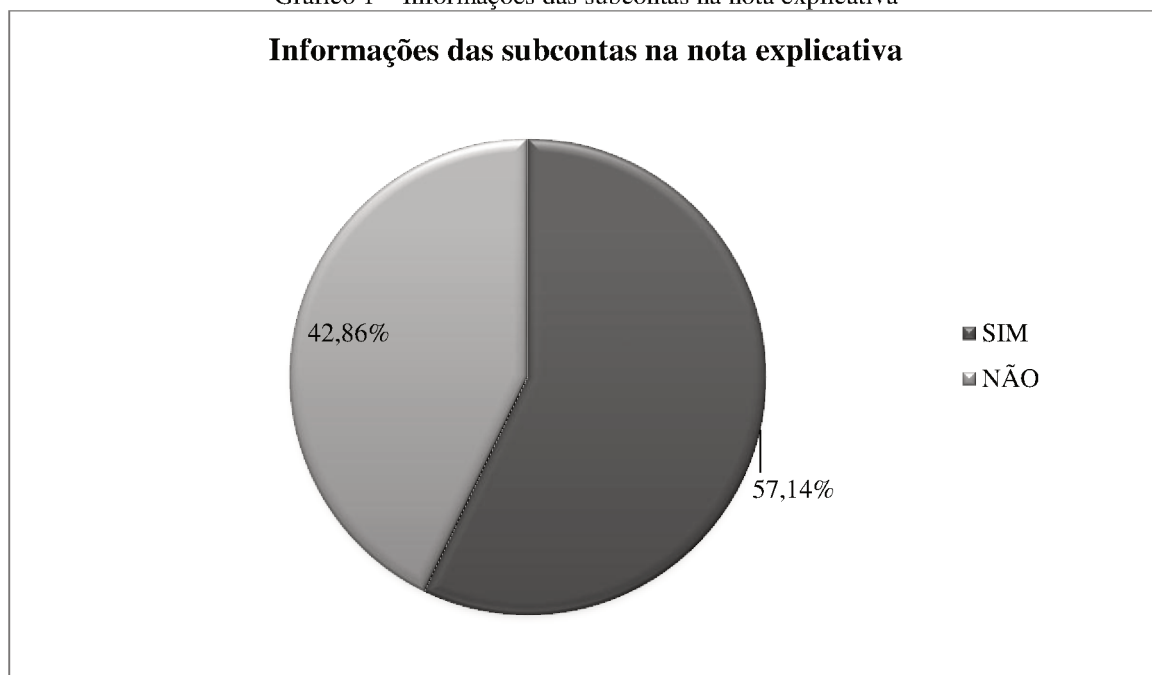
Foi realizada a análise qualitativa nas DREs apresentadas nas demonstrações

financeiras consolidadas, observando a posição da conta ‘Outros Resultados Operacionais’ empregada pelas empresas.

Das 49 empresas, foram analisadas 343 demonstrações financeiras, sendo que, em 100% delas, a Demonstração de Resultado do Exercício, a conta ‘Outros Resultados Operacionais’ foi classificada após o Resultado Bruto e antes do Resultado Financeiro. Portanto, observa-se que as empresas da amostra atendem ao disposto nas normas internacionais e tratado no Pronunciamento Técnico CPC 26 (2011), onde se deve classificar a conta de ‘Outros Resultados Operacionais’ na DRE após o Lucro Bruto e antes do Resultado Financeiro da empresa.

No Gráfico 1 serão verificados se foram divulgadas as informações sobre as subcontas classificadas na conta ‘Outros Resultados Operacionais’ nas 343 notas explicativas, divulgadas pelas empresas da amostra.

Gráfico 1 – Informações das subcontas na nota explicativa



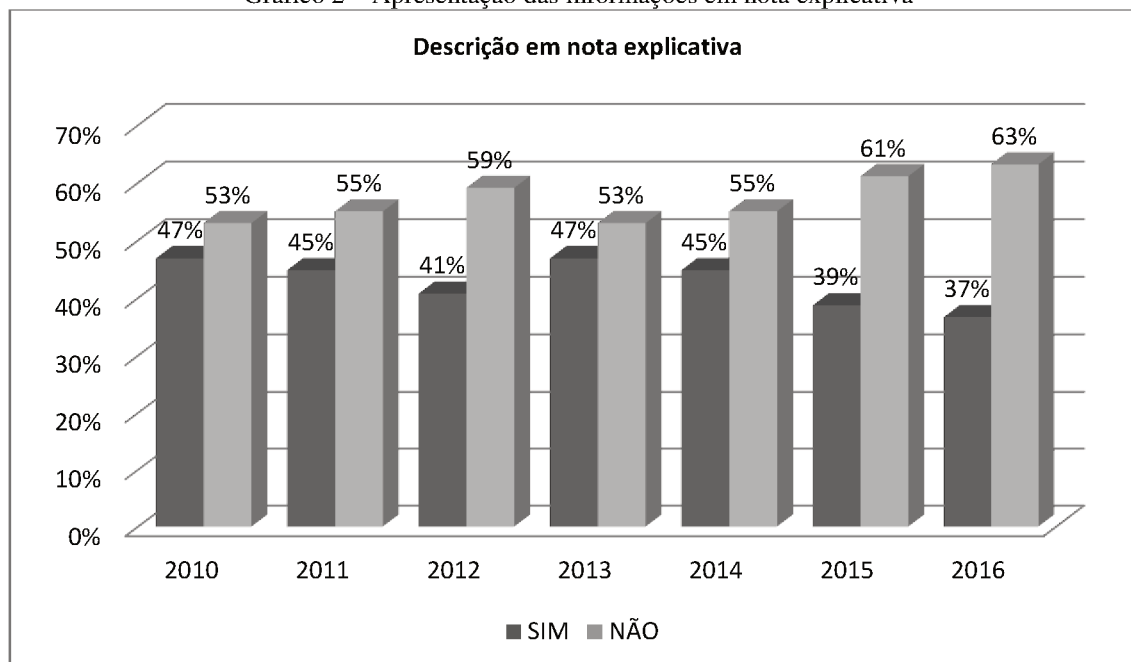
Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 1 demonstra a análise realizada na nota explicativa das entidades. Em 42,86% da amostra não foram encontradas informações referentes às subcontas, e em 57,14% da amostra foram identificadas as subcontas classificadas na conta ‘Outros Resultados Operacionais’. Desta forma, observa-se uma baixa evidência da conta ‘Outros Resultados Operacionais’ para que o usuário compreenda melhor a composição dessa conta.

No Gráfico 2 é possível observar em quantas notas explicativas das 49 empresas da

amostra, no período de 2010 a 2016, foram encontradas informações acerca da conta ‘Outros Resultados Operacionais’.

Gráfico 2 – Apresentação das informações em nota explicativa



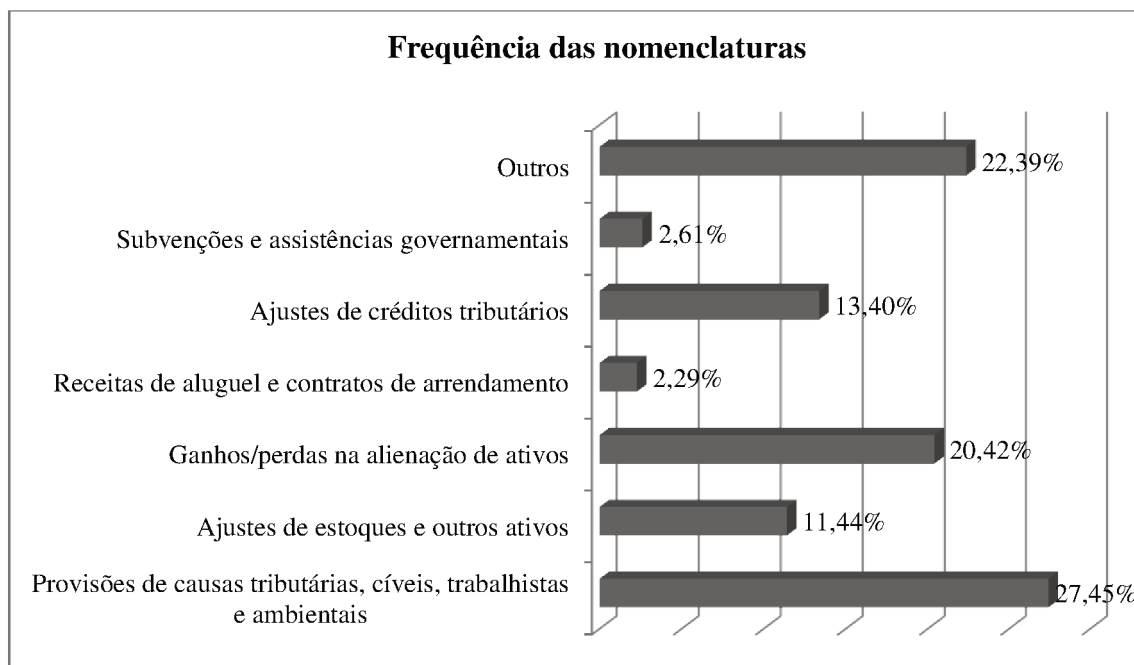
Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio do Gráfico 2 percebe-se que de 2010 a 2012 houve uma redução na apresentação na nota explicativa das informações sobre as subcontas classificadas em ‘Outros Resultados Operacionais’, e em 2013 houve o aumento do nível de informações encontradas, se igualando ao ano de 2010 e tendo novamente uma queda entre 2013 e 2016. A menor porcentagem de informações encontradas foi no ano de 2016.

Após identificado o grau de evidenciação das notas explicativas das empresas da amostra foram analisadas quais seriam os tipos de subcontas e transações que compõem a classificação ‘Outros Resultados Operacionais’.

O total de nomenclaturas das subcontas extraídas das notas explicativas da amostra foi 612 nomenclaturas. Muitas delas foram utilizadas pelas empresas para classificar uma mesma operação. No Gráfico 4 será apresentada a frequência das contas mais comuns entre as nomenclaturas encontradas, para análise das operações que mais são evidenciadas na linha de resultado ‘Outras Receitas e Despesas Operacionais’ das empresas da amostra.

Gráfico 3 – Frequência das nomenclaturas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio do Gráfico 3 observa-se que as principais operações classificadas em ‘Outros Resultados Operacionais’ realizadas pelas empresas da amostra são provisões de causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais, sendo 27,45% do total da amostra. Alguns exemplos de nomenclaturas usadas pelas empresas para classificar essa operação foram: (i) (adições)/reversões de provisões; (ii) acordo coletivo de trabalho; (iii) contingências; (iv) efeito líquido das demandas judiciais; (v) indenizações trabalhistas e outros pulverizados.

Outra operação também classificada com frequência nos ‘Outros Resultados Operacionais’ foram os ganhos ou perdas na alienação de ativos, sendo 20,42% das nomenclaturas diferentes utilizadas pelas empresas, e alguns exemplos de nomenclaturas utilizadas para classificar esta operação foram: (i) perda ou ganho na venda de ativo imobilizado; (ii) baixa de bens do imobilizado; (iii) ganho na alienação de imóveis; (iv) lucro (ou perda) na venda de imobilizado; (v) resultado na baixa ou venda de ativos.

O grupo classificado como outros são nomenclaturas diferentes que apareceram com menor frequência e que não puderam ser alocados aos demais previstos no gráfico. Como exemplo desses registros, pode-se citar: consultoria na apuração de projetos de investimentos,

crédito imobiliário, gastos com projetos sistêmicos, dentre outros. Deste modo, observa-se que as contas mais frequentes são as contas referentes a resultados de provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais, e resultados na venda de ativos não circulantes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo da pesquisa consistiu em identificar como as empresas evidenciam e compõem a conta ‘Outras Receitas e Despesas Operacionais’ na DRE e notas explicativas, após a adoção das IFRS. Para atingir a esse objetivo, foram analisados a DRE e as notas explicativas divulgadas no período de 2010 a 2016.

Observou-se que, para 100% da amostra, a conta ‘Outros Resultados Operacionais’ foi classificada após o Resultado Bruto e antes do Resultado Financeiro, seguindo as normas internacionais que teve sua exigência a partir de 2010, mostrando completa conformidade com as mudanças estabelecidas quanto a essa conta. Por outro lado, foi observado que em 57,14% das notas explicativas foram divulgadas informações referentes às informações das subcontas classificadas na conta em estudo, o que evidencia uma baixa transparência.

Esse trabalho contribui com os estudos sobre a adoção das Normas Contábeis Internacionais no contexto das empresas listadas no IBOVESPA e objetiva provocar uma reflexão sobre esse assunto, e basear discussões sobre a relevância do tema no atual contexto.

A conclusão desse trabalho é limitada às informações divulgadas nas DREs e notas explicativas analisadas e disponibilizadas no sítio eletrônico da B3, considerando o período de 2010 a 2016. Quanto ao referencial teórico, não foram encontrados estudos anteriores com objetivo semelhante ao presente estudo, limitado a discussão dos resultados encontrados.

Como sugestão para futuras pesquisas, propõe-se o estudo de outras contas da demonstração de resultado do exercício ou da mesma conta ‘Outros Resultados Operacionais’, para se comparar os períodos anteriores da Lei com os períodos posteriores à mesma.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A., **Estrutura e análise de balanços – um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas. 2012

BRASIL. **Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

BRASIL. **Resolução n.º 1.055, de 2005**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 out. 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 26 (CPC). **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=14>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CUNHA, P. R. da; SANTOS, V. dos; HEIN, N.; LYRA, R. L. W. C. de. Reflexos da Lei n.º 11.638/07 nos indicadores contábeis das empresas têxteis listadas na BM&FBovespa. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 112-130, Brasília, abr./jun. 2013.

FONSECA, L. A. L.; SOUZA, C. A. de; DALFIOR, V. A. O. A aplicação do CPC 26 nas Demonstrações Financeiras das Empresas do Terceiro Setor: estudo de caso da Fundação BH. In: SEGeT simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 13, 31 out. a 1 nov, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SEGET, 2016.

GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; MARTINS, S. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicáveis às demais sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. In: **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 56, p. 155-173, São Paulo, mai./jun./jul./ago. 2011.

ROCHA, A. M. **Nível de atendimento às normas internacionais de contabilidade de**

**empresas Brasileiras que negociam ações na BM&FBovespa.** 2015, 39 f. Artigo científico Fundação Universidade Federal de Rondônia–UNIR – Campus, Cacoal-RO.

ROSA, D. C. D.; FARIA, J. C. de. **O impacto da lei 11.638/07 no mundo contábil.** XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2010.

SANTOS, S. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. E. R. Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos. **Revista de Contabilidade e Finanças, USP**, v. 25, n. 65, p. 161-176, São Paulo maio/jun./jul./ago. 2014.